

O governo mudou muito mais do que a política salarial

Celso Pinto (*)

O Conselho de Segurança Nacional, na quarta-feira, mudou bem mais do que a política salarial.



Enterrou, por falta de munição, a estratégia de empurrar com a barriga a crise externa. Em consequência, mudou radicalmente o eixo pelo qual passavam as negociações para o avanço do projeto de abertura política.

O governo tentou jogar duro nesta etapa crucial de renegociação externa. Testou ao limite a resistência do sistema financeiro internacional e o apoio norte-americano. Descobriu que já não tinha nenhum espaço de barganha nem condições de romper com seus credores. Aceitou as condições para o acerto e transformou esta decisão num assunto de segurança nacional. Como tal, não é passível de crítica interna nem contestação externa, e se sobrepõe a outras considerações de ordem política ou social.

Este aspecto é certamente mais importante do que o simples alcance real da medida. O fato é que, desde que o País quebrou, em setembro, este foi o primeiro teste decisivo de força na gestão da crise externa. O País constatou que não dispunha de reservas petrolíferas superiores a dez dias — talvez pela afoiteza com que buscou gordos superávits comerciais no primeiro semestre — nem nenhum dólar em caixa. Não há nenhuma boa razão pela qual, daqui a seis meses, os reservatórios de petróleo estejam transbordando ou as burras cheias. Portanto, não há por que supor que o espaço de barganha tenda a se alargar.

seu desembolso será gradual, sempre sujeito à conferência do progresso econômico brasileiro.

De outro lado, se tudo correr magnificamente bem, e o sacrifício econômico resultar num superávit comercial de US\$ 6 bilhões neste ano, e uns US\$ 8 bilhões no próximo, o Brasil apenas conseguirá atenuar um pouco o peso da dívida externa. Jamais produzirá espaço generoso de manobra, o que só deverá acontecer em quatro ou cinco anos.

Não há propriamente novidade neste cenário, mas há uma diferença fundamental: desde que quebrou, jamais havia ficado tão claro que será preciso levar a sério esta situação. Esta é a constatação à qual se procurou conferir peso pela chancela da segurança nacional.

A primeira e séria consequência é que, pela primei-

ra vez, fica realmente claro que o Brasil terá de cumprir o acordo que assinar com o Fundo. Pelas indicações disponíveis até ontem, o novo acordo, viabilizado após a mudança nos salários, não será absurdo como o anterior; será apenas extremamente duro. Isto quer dizer que o País terá de mergulhar numa recessão acentuada e terá de resolver, de uma ou de outra forma, o problema de esquizofrenia que tem impedido o aperto mais profundo da economia desde a época do professor Mário Henrique Simonsen. Se não o fizer, passará por outro teste, ainda mais duro, daqui a três meses, e já sabe, antecipadamente, o desfecho.

Quando negociou com o Fundo, em dezembro passado, o Brasil também enfrentou pressões de toda ordem. Já naquela época, o Fundo queria uma altera-

ção radical na política salarial. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, antigo defensor da mesma tese, chegou a redigir um decreto que eliminava a semestralidade. O decreto foi assinado por Delfim e pelo ministro Ernane Galvêas, e uma cópia ainda repousa na gaveta de outro ministro, na época contrário à mudança.

O decreto não vingou por duas razões. Em primeiro lugar, porque o Brasil, embora quebrado, ainda dispunha de uma reserva de credibilidade, conferida por sua atitude "responsável" na condução da crise, e respaldada pelo apoio norte-americano. De outro lado, ficou claro que esta via de mudança na política salarial poderia atropelar uma estratégia de abertura política cujo encaminhamento inevitável passava por algumas negociações com a oposição.

Prevaleceu o argumento político e o governo acabou escolhendo o trabalhoso caminho do Congresso Nacional para mudar a lei. A mudança acabou sendo tímida, do ponto de vista das autoridades econômicas, mas é preciso lembrar que produziu um subproduto precioso para o projeto político: o acordo com o PTB, o primeiro passo concreto em direção à negociação com a oposição em quase duas décadas.

Era isto o que a cúpula do governo pretendia preservar, agora, ao estimular o senador Jutahy Magalhães a apresentar uma emenda que abriria a brecha que se pretendia na política salarial através da negociação política. O FMI, no entanto, não assina acordos sobre promessas ou perspectivas, mas sobre fatos. E a emenda Jutahy era uma alteração possível, não inevitável. Sobram indícios de

que se resistiu, até quando foi possível, à alternativa de atropelar a emenda do senador com um decreto-lei referendado pela segurança nacional.

Ao aceitar, por inevitável, a via da imposição da mudança salarial, de certa forma houve uma admissão tácita de que o espaço externo se estreitou ao mínimo. A conclusão pode ser incômoda, mas é incontornável: sem espaço externo, tampouco há espaço interno essencial, na área econômica, que permita sustentar uma barganha política duradoura. Isto não quer dizer o fim de qualquer negociação política com a oposição, mas implica uma redução substancial do espaço para conversas. Em outros termos, o projeto de abertura política terá de mudar seu eixo de gravidade.

(*) Editor sênior deste jornal

Economia - Brasil

15 JUL 1983